

Plan. Brasil 31

Ano sem choques

31 DEZ 1991

Chegamos ao último dia de 1991 com menores pressões sobre os preços, a inflação recuando alguns pontos e a expectativa de ingressarmos em novo ano sem a iminência de choques e mudanças bruscas na política econômica.

Segundo afirmou o ministro Marcílio Marques Moreira, estamos iniciando nova tradição, que contraria outra, de seis anos: não haverá pacotes econômicos em 1992. Antes, ao findar o ano, todos se preparavam para enfrentar as inovações arquitetadas nos gabinetes de Brasília. Discutia-se ali incessantemente a portas fechadas para que depois surgissem panacéias destinadas a conter os galopes de uma inflação que, este ano, apesar de contida, chega à marca de 458%. O fato de não esperarmos novidades e a credibilidade conquistada pelo ministro fazem prever uma situação ainda difícil, porém mais tranqüila, nos primeiros meses de 1992.

Não se conseguirá derrubar a inflação para os índices desejados, sem que se passe antes por um reajuste. Mas já se sabe como enfrentar o problema. E sem "pajelanças", con-

forme costuma dizer o presidente do Banco Central. A equipe econômica, reunida na última semana, decidiu manter as taxas reais de juros. Ademais, será seguida, religiosamente, a política contida na Carta de Intenção encaminhada ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Haverá maior abertura da economia para o Exterior, uma redução das barreiras alfandegárias, a fixação de novas normas, não discriminatórias, mas tendentes a atrair o capital estrangeiro, principalmente quanto à privatização, continuando os reajustes cambiais a se efetuar de forma a estimular de fato as exportações.

Enfim, pode-se prever mais ou menos tudo o que deverá ocorrer.

Não se podem subestimar, entretanto, as pressões políticas, habituais num ano eleitoral. É preciso que o presidente da República continue apoiando o ministro da Economia e sua equipe, resistindo à tentação de recorrer a "novidades superadas" para vencer os pleitos municipais. O apoio do presidente Collor ao seu ministro é imprescindível à superação da crise em 1992.

ESTADO DE SÃO PAULO